

Intervenção e atribuição de valor em patrimônio industrial: o caso do porto de Pelotas-RS

Intervention and attribution of value to industrial heritage: the case of the Pelotas's port

Enviado em: 31-05-2022

Aceito em: 07-07-2022

Aline de Oliveira Mendes¹

Resumo

O interesse pela preservação do patrimônio industrial passa a ter mais vulto a partir da década de 1950 na Inglaterra, e a atrair mais a atenção pública na década 1960, após algumas demolições de preexistências industriais, em consonância com a especulação imobiliária e o desenvolvimento das cidades. No presente artigo, pretende-se desenvolver uma análise crítica das intervenções realizadas pela Universidade Federal de Pelotas, em edificações que abrigam câmpus da instituição, na região do porto da cidade. Para isso, foi realizada revisão bibliográfica, levantamento fotográfico do antigo sítio industrial e análise de atribuição de valores patrimoniais das preexistências, de acordo com a teoria de Riegl (2006) e Meneses (2009), de modo a fomentar o debate e a reflexão sobre possíveis abordagens metodológicas para intervenções em patrimônio industrial.

Palavras-chave: Patrimônio Industrial, Reutilização, Valores Patrimoniais.

Abstract

Interest in the preservation of industrial heritage began to increase in the 1950s in England and attracted more public attention in the 1960s, after demolition of industrial pre-existing buildings, in line with real-estate speculation and the development of cities. In this article, we intend developing a critical analysis of the interventions carried out by the Pelotas's Federal University, in the buildings that house this institution's campus, in the port region of the city. For this, a review bibliographic and photographic survey of the former industrial site and analysis of the attribution of heritage values of pre-existences, according to the theory of Riegl(2006) and Meneses (2009) , to foster debate and reflection on possible methodological approaches for interventions in industrial heritage.

Keywords: Industrial Heritage, Reuse, Heritage Values.

¹ Doutoranda do programa de pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PROARQ. Mestre em Arquitetura pelo mesmo programa. Bolsista CAPES – PROEX. E-mail: aline.mendes@fau.ufrj.br

Introdução

O presente artigo faz parte do estudo em desenvolvimento de uma tese de doutorado sobre intervenções em antigos sítios industriais em regiões portuárias. Sendo o recorte localizado no bairro porto da cidade de Pelotas – RS, com ações realizadas pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E um dos objetivos deste estudo, compreende fomentar o debate crítico acerca da aplicação de princípios teóricos constantes nas intervenções preservacionistas realizadas nesse conjunto. Para isso, a investigação, discussão e retomada do discurso teórico serão fundamentais para que possamos identificar as lacunas entre preceitos preservacionistas e as aplicações deles.

De tal modo, julgamos oportuno apresentar alguns temas, contextualizando e relacionando assuntos de forma pertinente. O embasamento conceitual permitirá compreender o passado remanescente e a coexistência das novas configurações, gerando novos cenários, percepções e contextos.

Segundo Pantaleón (1997), o tema que envolve a adaptação do patrimônio histórico tem sido alvo de discussões e polêmicas, podendo ser reconhecido por refuncionalização, reciclagem ou renovação. Embora essas denominações possuam suas peculiaridades, apontam para o mesmo fim: o de recuperar partes ou toda uma estrutura arquitetônica obsoleta, dando-lhe novo uso.

Inúmeros teóricos abordam essas questões em diferentes períodos da história. Porém, com intuito de perpassar por tendências mais contemporâneas, serão destacadas teorias que contribuíram e ainda contribuem de forma significativa para o debate e o desenvolvimento de estudos e prática da preservação patrimonial.

O valor documental dos monumentos se firma no século XX com contribuições de Riegl² (2006), que, com sua primeira publicação em 1906, ofereceu inovações tanto teóricas quanto práticas para a preservação, defendendo que os monumentos históricos são obra humana com certa antiguidade e trabalhando com alguns conceitos de valores dos monumentos e sua evolução na história.

Como cita Kühl (2009), foram de relevância e permanecem atuais textos escritos desde 1940. Dentre esses autores, Cesare Brandi, Roberto Pane e Renato Bonelli atingiram certa posição no consenso internacional através da Carta de Veneza³ (1964). Buscas paralelas os evidenciam ainda como autores filiados ao chamado "restauro crítico"⁴.

Em meados da década de 1980, o processo de adaptação de estruturas antigas alcançou maior envergadura e desenvolvimento, segundo Pantaleón (1997), que enfatiza a importante reutilização do patrimônio, já que mais do que uma alternativa para a construção de novos edifícios, é uma forma de fazê-la vinculada à memória e à identidade de um povo. Outrossim, o mesmo autor aponta que a adaptação de qualquer preexistência encarada como ação restauradora exige a transformação do objeto sem que este deixe de se reconhecer como tal, e garante que é possível um objeto recuperar a estima perdida adquirindo um novo estado.

Os princípios que conduzem os estudos de conservação patrimonial passaram por desenvolvimento e diversas adaptações ao longo da história, assim, a partir de encontros nacionais e internacionais foram surgindo as cartas patrimoniais. Em 1967 ocorreu a Conferência de Quito, que buscou adequar os princípios da Carta de Veneza à cultura latino-americana. Os

2 Riegl escreveu sua teoria sobre valores em 1903. O livro original foi escrito em alemão, com o título *Der moderne Denkmalkultus: sein Wesen und seine Entstehung*, e em 1984 foi traduzido para o francês. Em todas as citações do artigo utilizaremos a edição traduzida do francês para o português, publicada em 2006.

3 A Carta de Veneza possui propostas para atuação em patrimônio histórico, que são pautadas na visão conhecida como "restauro crítico".

4 Vertente do restauro que entende as intervenções em patrimônio como ato histórico-crítico, que devem respeitar as várias fases que a obra passou, preservando as marcas que imprimem a passagem do tempo. O que leva o profissional a refletir e avaliar caso por caso, para garantir que não ocorram ações arbitrárias nos bens.

países participantes foram Brasil, Equador, Estados Unidos da América, Guatemala, Espanha, México, Peru, República Dominicana e Venezuela.

Em 1970 ocorreu o primeiro encontro dos governadores de estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais, firmando assim o compromisso de Brasília, que pode ser considerado um marco importante no que rege o interesse na preservação do patrimônio edificado no Brasil. Apenas em julho de 2003, foi aprovada em assembleia geral do Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH) a Carta de Nizhny Tagil, a qual foi posteriormente apresentada ao ICOMOS para sua ratificação e aprovação pela UNESCO. A referida Carta recomenda que os exemplares mais significativos e característicos do período industrial devem ser inventariados, protegidos e conservados, de acordo com as prescrições indicadas pela Carta de Veneza (1964).

Patrimônio Industrial - Documentos e definições para a salvaguarda

Segundo Kühl (2009), o interesse pela preservação do patrimônio industrial é relativamente recente, principalmente se for comparado ou atribuído a outros tipos de manifestações culturais. Essa importância obteve maior vulto a partir dos anos de 1950 na Inglaterra, época em que começou a ser utilizada a expressão "arqueologia industrial"⁵ no país. Isso nos leva a crer que esse tipo de bem cultural deve ser pensado como uma ampliação daquilo que é considerado como patrimônio histórico.

Assim, a partir do início década de 1960, o tema passou a atrair mais a atenção pública, pois foi nesse período que diversos testemunhos arquitetônicos importantes do período industrial foram demolidos para abarcar

5 Segundo Hudson (1976), essa expressão foi utilizada possivelmente por Donald Dudley, da Universidade de Birmingham, no início dos anos 1950, aparecendo pela primeira vez em um artigo de Michael Rix em *The Amateur Historian*, onde o autor recomenda a documentação e preservação dos testemunhos da industrialização.

o desenvolvimento da cidade, com a construção e alargamento de grandes avenidas e em função de interesses do mercado imobiliário.

A mesma autora aponta ainda que, apesar de significativos esforços e elaboração de documentos para definir o reconhecimento do patrimônio restante do processo de industrialização, esses edifícios, ou complexos inteiros, estavam (e estão) sob constante ameaça pela sua obsolescência funcional e pelo rápido desenvolvimento e crescimento desenfreado das cidades.

Assim, nesse mesmo período, iniciam as primeiras definições do que poderia ser considerado patrimônio do período industrial, como podemos observar em elaboração de 1962 realizada pela Inspetoria de Monumentos Antigos do Ministério de Obras, citando que: "Um monumento industrial é qualquer edifício ou outra estrutura, em especial do período da evolução Industrial, que, sozinho ou associado a equipamentos, ilustra o início e desenvolvimento de processos industriais e técnicos, incluindo meios de comunicação". (HUDSON apud RAISTRICK, 1973, p.2).

Corroborando com o supracitado, Kenneth Hudson (1976, apud RAISTRICK, 1973, p.21) conceitua bens resultantes do período industrial de forma abrangente, proferindo que "arqueologia industrial é a descoberta, registro e estudo dos resíduos físicos de indústrias e meios de comunicação do passado". E ainda nesse mesmo caminho, uma outra definição, um pouco mais restrita, elaborada por Angus Buchanan, aponta que:

[...] um "monumento industrial" é qualquer relíquia de uma fase obsoleta de uma indústria ou sistema de transporte, abarcando desde uma pedra de sílex neolítica até uma aeronave ou computador que se tornaram obsoletos há pouco. Na prática, porém, é útil restringir a atenção a monumentos dos últimos duzentos anos, aproximadamente, tanto porque períodos anteriores são tratados por métodos mais convencionais da arqueologia e da história, quanto pela grande massa de material datado do começo da Revolução Industrial (BUCHANAN, 1972, p. 20-21).

Ainda, alguns documentos, como princípios, declarações, estatutos e memorandos recomendados pelo TICCIH, são de suma importância para a compreensão dos artefatos que compreendem o acervo do patrimônio industrial e dão suporte necessário para o entendimento das prerrogativas de suas corretas interpretações e aplicações.

Dentre esses, destacamos a Carta de Nizhny Tagil⁶, de 2003, sobre o patrimônio industrial, que preconiza a relevância do tratamento e atenção a esse acervo arquitetônico, que conta parte da história da produção mundial, afirmando que as estruturas desses edifícios, as paisagens nas quais se localizavam ou se localizam, assim como outras formas de manifestações tangíveis e intangíveis, são de suma importância para a preservação da memória e para o reconhecimento desse patrimônio e compreensão do seu significado.

De acordo com o mesmo material,

A arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial. (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003)

Legitimando essas informações, os delegados responsáveis pela aprovação da Carta de Nizhny Tagil destacam que o patrimônio industrial se reveste com valor social como parte do registro de vida de homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento de identidade coletiva. Igualmente, na história da indústria, da engenharia, da construção, o patrimônio industrial apresenta um valor científico e tecnológico, além de possuir valor estético, pela qualidade da sua arquitetura, do seu design ou da sua concepção.

6 A Carta do Patrimônio Industrial inclui importantes Cartas anteriores, como a Carta de Veneza (1964) e a Carta de Burra (1994), assim como a Recomendação R(90) 20 do Conselho da Europa.

Outro documento, chamado *Princípios de Dublin*, aprovado em assembleia geral do ICOMOS, em 2011, define patrimônio industrial como: “os sítios, estruturas, complexos, territórios e paisagens, assim como os equipamentos, os objetos ou os documentos relacionados, que testemunhem os antigos ou atuais processos de produção industrial, a extração e a transformação de matérias-primas, e as infraestruturas energéticas ou de transporte que lhes estão associadas”. E inclui em seus apontamentos, a importância da integração desse patrimônio na paisagem cultural, além de destacar valores imateriais, como, por exemplo, organizações de trabalho e conhecimentos técnicos.

Além dos documentos acima citados, temos a *Carta de Sevilha* (2018), que apesar de não ser um documento internacional, apresenta uma revisão crítica, transversal e multidisciplinar da mudança de paradigma que se produziu sobre o patrimônio industrial nas três últimas décadas. Abordando, além das temáticas já consolidadas em cartas anteriores, as da paisagem cultural, da memória coletiva e das potencialidades dessas preexistências como espaços públicos, capazes de ressignificar e atuar sobre a memória e qualidade de vida da população.

Porém, mesmo exigindo a preocupação da salvaguarda do patrimônio edificado, instrumentos reguladores de projetos e institutos como o IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado), IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a própria secretaria da cultura de cada cidade, que muitas vezes se responsabiliza pelo patrimônio municipal, existe grande dificuldade em trabalhar com a reutilização do edifício histórico pensando no conjunto urbano, sem provocar uma ruptura entre o novo e o antigo. Principalmente no que se refere ao patrimônio industrial, visto que se trata de um assunto relativamente novo e ainda em processo de reconhecimento pela população e pelos profissionais técnicos de restauro e da área de arquitetura e urbanismo.

Essa estranheza pode se dar em função dos exemplares industriais terem especificidades como escala, caráter funcional, forma e materiais

direcionados para sua antiga função. Somado a isso, o pouco aprofundamento das análises de intervenções nesses bens, que pode colaborar para o elevado índice de "fachadismos"⁷ nessas tipologias.

Segundo Kühl (2009), essa problemática se dá muitas vezes pela falta de reflexão crítica dos profissionais que trabalham com restauração no país, gerando falta de profundidade conceitual, envergadura teórica e meios apropriados para a correta intervenção. Os profissionais referem-se a Brandi e à Carta de Veneza, mas como resultado várias operações mostram o desconhecimento ou a leitura pouco aprofundada desses escritos ou o desrespeito às posturas neles solidificadas.

Esvaziamento do bairro Porto em Pelotas

Os processos de esvaziamento de áreas industriais estão associados a mudanças tecnológicas, crises ou mudanças nos modelos econômicos em alguns países em guerra. Segundo Guerra (2005), geralmente são induzidos pelo progresso tecnológico e transformações do modal de transporte de carga marítima, além da adoção crescente de containers para armazenagem e traslado de carga a partir da década de 1960, abrindo a possibilidade para a utilização de embarcações cada vez maiores e incompatíveis com os antigos portos. Em consonância com esse processo, ocorre um lento esvaziamento das áreas mais inapropriadas para as novas modalidades de transporte de carga.

Ainda segundo o mesmo autor, essas transformações na economia portuária coincidiram com a queda das atividades industriais nas áreas portuárias tradicionais, quase sempre na região central das cidades, e envolveram aspectos sociais, econômicos, espaciais e ambientais.

No caso de Pelotas - RS, essa transição nos modos de produção e esvaziamento do bairro Porto se deu não somente em função de mudanças

7 Prática adotada em arquitetura, que preserva e mantém as as paredes externas da edificação projetadas ou construídas separadas do restante da edificação.

tecnológicas, mas também de modelos econômicos e pela vinda do capital nacional⁸ para a cidade. Transferiu as atividades que aconteciam no bairro para um novo distrito industrial, localizado nas BRs 116 e 471, que atendia as demandas das novas plantas industriais e de uma nova rede de transporte rodoviário. (GOULARTE, 2021)

Porém, a decadência industrial no município, não se deteve apenas ao bairro Porto. Houve um processo de desindustrialização da cidade, ao longo do século XX. E segundo Britto (2011), o período de dinamismo da indústria em Pelotas teve início nas últimas décadas do século XIX e se estendeu até o início da década de 1980, quando algumas indústrias da cidade fecharam suas portas ou foram transferidas para outros locais, fora do bairro Porto. Esta decadência da atividade industrial no município aconteceu em um contexto de mudanças econômicas e da política local, ao mesmo tempo em que ocorreram alterações nos padrões de reprodução do sistema capitalista no mundo.

De acordo com o autor, na década de 1980 ocorrem algumas mudanças na organização política e econômica do país – período de declínio do regime militar, que apesar de dar ascensão ao denominado “milagre brasileiro”, marcou pelo posterior aumento da desigualdade social, falta de acesso da população a dados públicos, aumento da concentração de renda, inflação e aumento do endividamento externo.

Britto (2011) aponta ainda que, nesse contexto, a cidade de Pelotas começa a apresentar os primeiros traços de desindustrialização do espaço, já que a atividade industrial passa a ter uma diminuição de importância em relação aos demais setores produtivos, e também uma redução no número de estabelecimentos ativos.

Assim, desde 1980 até os dias atuais, a diminuição da contribuição do setor industrial de Pelotas no valor da produção do Rio Grande do Sul revela a gradual perda de importância desta atividade na economia do município, e da

⁸ A chegada do capital da indústria nacional na cidade, por volta da década de 1970, afetou os meios de produção, contribuindo para o declínio das fábricas locais, principalmente as localizadas na zona rural, que possuíam capital e administração familiar.

posição da cidade como centro industrial regional, dando lugar ao crescimento de outros setores, como o da prestação de serviços⁹.

Análise das intervenções em patrimônio industrial na região do Porto de Pelotas

As sucessivas revoluções tecnológicas, industriais e mudanças nas formas de produzir, que tiveram lugar entre os séculos XVIII e XX, deixaram suas marcas nas cidades contemporâneas por meio de um vasto acervo de conjuntos e de preexistências industriais, tanto pelos esforços materiais e econômicos investidos nelas, como pelo legado de conhecimento tecnológico e construtivo, além de sua contribuição e significação na construção da memória coletiva dos lugares onde se estabeleceram. (GONZÁLEZ, 2019)

Deste modo, para avaliarmos as intervenções realizadas no porto da cidade de Pelotas, é importante notar que a cidade possui algumas as ferramentas de salvaguarda do patrimônio cultural, dentre elas destacamos: a instituição do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural; a Criação do tombamento municipal de bens culturais; as Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural; e a Proteção aos imóveis integrantes do Inventário do Patrimônio Histórico Cultural de Pelotas (Lei no 4568/2000).

Ainda, os imóveis são classificados em quatro níveis de tombamento, sendo o nível 1 correspondente ao nível máximo de proteção e o nível 4 aplicado a imóveis que complementam o contexto urbano (PELOTAS, 2008). Assim, o zoneamento da cidade foi definido de acordo com o processo de evolução urbana de Pelotas em respeito à lei nº 4568/00, e cada ZPPC corresponde à implantação dos primeiros loteamentos executados na cidade, conforme podemos observar na Figura 01.

⁹ Segundo dados do IBGE, em 2004 a indústria contribuiu com 31% do PIB do município, enquanto o setor de serviços representava 63% do produto interno bruto na cidade.

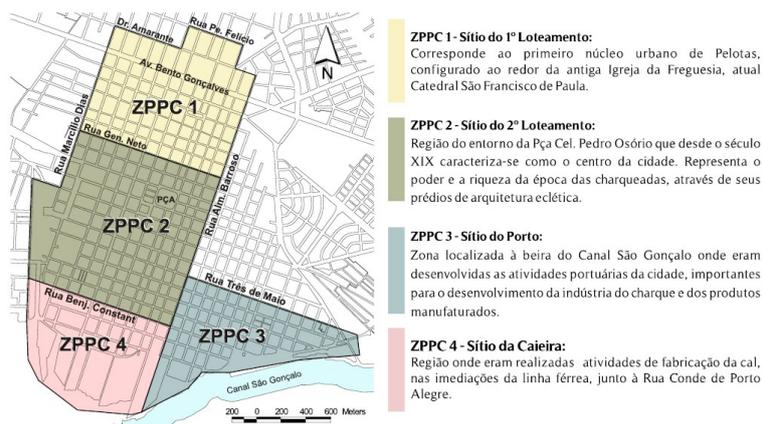
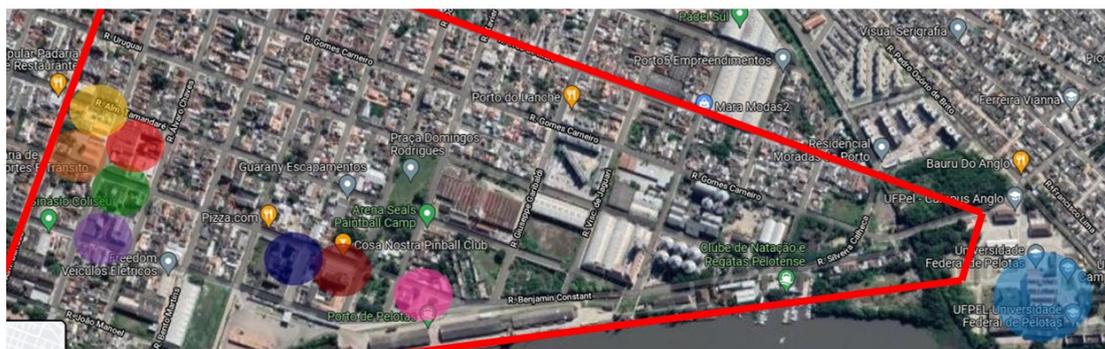


Figura 01: Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural – ZPPCs
Fonte: Manual do Usuário de Imóveis Inventariados da Secretaria da cultura de Pelotas/RS.

Nosso recorte de análise se detém na ZPPC 3 – Sítio do Porto, região próxima do canal São Gonçalo, onde eram desenvolvidas atividades industriais que dependiam do funcionamento do antigo cais. E na Figura 02, podemos observar as preexistências industriais adquiridas pela UFPel¹⁰, dentro do perímetro dessa zona.

- | | | | | |
|--|---|--|--|---|
| Curso de Teatro | ICH | Centro de Artes | Centro de Engenharias | Campus Anglo |
| Biblioteca do ICH e CEHUS | FAUrb | Gráfica UFPel | Engenharias Geológica, Petróleo e Hídrica | |



* FAUrb – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo * ICH – Instituto de Ciências Humanas * CEHUS - Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Artes e Linguagem

— Limite Sítio do Porto (R. Três de Maio / R. Alm. Barroso) Fonte: Google Maps, adaptado pela autora.

Figura 02: Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural – ZPPCs
Fonte: Imagem de satélite, adaptada pela autora.

10 Universidade Federal de Pelotas.

Segundo Essinger, Goularte e Peres (2019), cinco prédios, sendo todos antigas indústrias desativadas, foram adquiridos pela UFPel entre 1996 e 2012 (Tabela 01), em função do crescimento do número de cursos e demandas da instituição. Assim, reutilização dos espaços outrora industriais, pela universidade, teve um caráter educacional, de sustentabilidade e cultural. Educacional, em função de uma demanda da instituição. Sustentável, pois foram reutilizadas as preexistências e antigas estruturas, sem grandes alterações nas configurações formais, minimizando desperdícios. E cultural, dado pela preservação do patrimônio industrial da cidade, propondo novo uso, de acordo com a vocação das preexistências.

Tabela 01: Edifícios industriais adquiridos pela UFPel no bairro Porto em Pelotas – RS.
Fonte: Desenvolvida pela autora a partir de dados encontrados em Michelin (2019).

Nome Institucional	Função Original do Prédio	Ano de Aquisição	Forma de Aquisição	Área (m ²)
Instituto de Ciências Humanas (ICH) Campus I	Fábrica de Lã CONSULÃ (Cooperativa Sul Rio-Grandense de Lã - 1957) e Moinho Santista	1996	Compra	6.186,16
Campus Anglo	Frigorífico Anglo (1942)	2006	Compra	25.949,23
Centro de Engenharias	Fábrica Cotada (1959)	2009	Compra	5.190,41
Engenharia Geológica, Engenharia do Petróleo e Engenharia Hídrica	Alfândega Prédio da Alfândega (1938)	2010	Compra	975,8
Livraria e Gráfica UFPel	Cervejaria Haertel (até 1944) Cervejaria Brahma (a partir de 1944)	2012	Compra	13.602,62

Além disso, atende uma demanda da comunidade, o que Montaner (2014) aponta como indicativo básico para a intervenção, seguindo os preceitos da sustentabilidade. Ou seja, é uma intervenção que não tende a segregar, a criar guetos ou gentrificar¹¹ o espaço. Pode valorizar a região, mas não ao ponto de expulsar antigos moradores, mantendo o comércio cotidiano do bairro, laços sociais e consciência política e das necessidades locais.

11 A gentrificação corresponde ao processo de modificação do espaço urbano, em que áreas periféricas são remodeladas e transformadas em espaços nobres ou comerciais.

Assim, a partir da análise do acervo fotográfico da UFPel, do Almanach de Pelotas, Álbum 22 da Biblioteca Pública Municipal e alguns acervos pessoais, conseguimos observar as intervenções, suas relações com o entorno imediato e a transformação da paisagem.

Na Figura 03, temos a fachada aprovada da antiga fábrica da Consulã, em 1947; na figura 04, de 1952, conseguimos observar, dentro do destaque em vermelho, uma pequena modificação – o acréscimo de um pavimento sobre o acesso da edificação;



Figura 03: Fachada da Antiga Fábrica Consulã pela Rua Alberto Rosa, aprovada em 1947.
Fonte: Secretaria de Cultura de Pelotas.



Figura 04: Cooperativa Sudeste dos Produtores de Lãs (CONSULÃ). Pelotas. RS. 1952
Fonte: Acervo Ione Dilli com adaptação da autora.

Na figura 05, que mostra o prédio atualmente, podemos notar o acréscimo de mais um pavimento (dentro do destaque em vermelho), e que a separação entre as diferentes alturas do prédio ocorre acima do acesso principal.

De acordo com informações cedidas pela Secult¹², existe uma solicitação de viabilidade da obra de revitalização de novembro de 2007, mas não houve o processo de aprovação, pois nesse período a UFPEL ainda não submetia a maioria das obras de reforma à aprovação da prefeitura, sendo assim, a obra com os acréscimos de pavimentos (Figura 05) não foi regularizada.

Além disso, o prédio foi cadastrado no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas no ano de 1999. E, apesar da compra da UFPEL em 1996, ele se manteve fechado até meados de 2001.



Figura 05: Antiga Consulã e atual prédio do ICH¹³ – Fachada atual.
Fonte: Michelin (2019) com adaptação da autora.

Outra intervenção que será analisada, ao contrário da antiga Fábrica Consulã, teve mantido o aspecto volumétrico. A edificação da antiga cervejaria, foi Cervejaria Haertel e depois passou a ser Fábrica da Brahma (Figura 06). O prédio ainda está com boa parte de suas instalações necessitando de reparos e em estado de obsolescência funcional. A única parte onde foi feita a reutilização é a do bloco da esquina, em que se observa a diferença de tonalidade em função da recente pintura – parte da restauração necessária para a instalação da gráfica da UFPEL.

12 Secretaria Municipal da Cultura de Pelotas – RS.

13 Instituto de Ciências Humanas.

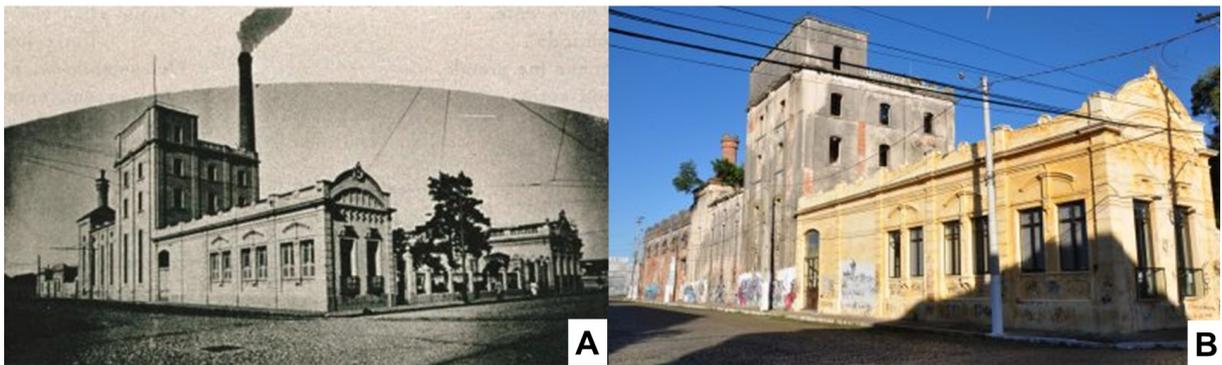


Figura 06: Edifício Cervejaria Sul Rio-Grandense do Sr. Leopoldo Haertel 1922. (A) / Edificação Brahma 2019 (B). Fonte: (A) Álbum de Pelotas. Centenário da Independência do Brasil – ano 1922. (B) Acervo UFPel – atual.

Ainda, conforme mostra a Figura 07, podemos verificar na parte superior o estado de abandono do prédio da biblioteca do ICH e CEHUS¹⁴ em 2015 e logo abaixo o prédio em 2021. A partir das imagens, podemos notar que mantiveram a altura e os detalhes da platibanda dos pavilhões na intervenção.



Figura 07: Pavilhões da antiga indústria Consulã - 2015 (acima) / Mesmo prédio, restaurado que atualmente abriga a biblioteca do ICH e CEHUS - 2021 (abaixo). Fonte: Acervo UFPel, adaptado pela autora.

14 CEHUS - Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Artes e Linguagem.

Porém, segundo Patron e Chaves (2018), o polo universitário, gerado a partir das intervenções no antigo porto, é marcado pelos contrastes entre o antigo e o contemporâneo. E mesmo que contribua com um local privilegiado para a cidade, representa um espaço de ruptura com o tecido restante, principalmente em relação aos novos zoneamentos ao leste e norte da cidade, onde se encontram os focos dos novos loteamentos e desenvolvimentos urbanos.

Além disso, os autores apontam ainda que algumas modificações realizadas nas preexistências de plástica arquitetônica não tão expressiva, logo no início da década de 2000, quando a UFPel realizou as primeiras intervenções na região (a exemplo temos o caso da Consulã), geraram muitas descaracterizações, apagando vestígios das antigas indústrias. Mas por outro lado, essas atividades, mesmo que de início equivocadas, passaram a configurar novas vivências econômicas e sociais.

Atribuição de Valores

As intervenções foram analisadas de acordo com os valores de Riegl (2006), que em sua obra *O Culto Moderno dos Monumentos – A Sua Essência e Sua Origem* demonstra os diferentes valores que podem ser atribuídos aos Monumentos Históricos e Artísticos, como: valor histórico, de antiguidade, de rememoração, de rememoração intencional, de contemporaneidade. Esse último podendo ser subdividido em valores de uso e de arte, e o de arte em valor de novidade e relativo.

A intenção não é mostrar aqui a definição de cada um desses valores, de acordo com a concepção de Riegl (2006), mas sim, relacionar com as intervenções que ocorreram no antigo conjunto industrial do bairro Porto em Pelotas – RS e destacar quais os valores podemos encontrar no sítio e nas preexistências.

Embora o valor histórico não seja o principal valor encontrado nas antigas edificações, estas possuem ligação indissolúvel com a história do

trabalho e da produção, principalmente pelo fato das obras terem sofrido poucas alterações em seu estado original, no que se refere às suas envoltórias. Pois, de acordo com o autor, para esse valor, quanto mais inalterado estiver o monumento após a sua criação, maior será o valor histórico, sendo indesejáveis as degradações e as alterações, mesmo que parciais.

Também podemos observar que não existe a valoração de um monumento ou sítio sem a existência dos espaços físicos, e para isso é importante manter os bens em uso, o qual esteja de acordo com vocação do patrimônio histórico e que auxilie na manutenção do espaço físico e do valor utilitário ou de uso. Segundo Riegl (2006), é uma exigência que vai de encontro às necessidades do valor de antiguidade (de abandonar as preexistências ao seu próprio destino).

Por fim, traremos o último valor abordado por Riegl (2006) que é o valor de arte, associado diretamente à estética da construção. Segundo os delegados responsáveis pela aprovação da Carta de Nizhny Tagil, o patrimônio industrial é provido de valor estético pela qualidade da sua arquitetura, do seu design ou da sua concepção. Ainda, sendo uma divisão desse valor, teremos o de novidade, que podemos encontrar nas preexistências do bairro Porto que sofreram maiores modificações, como é o caso do prédio da Consulã.

Meneses (2009) sugere uma revisão de postura a respeito do reconhecimento dos valores patrimoniais, diante do risco de uma possível polaridade entre os valores técnicos e sociais dos bens. Sem propor a exclusão ou a importância da avaliação técnica, mas apontando para a anteposição da perspectiva do fruidor, apresenta um roteiro para tal avaliação que permite identificar componentes ou referências do valor cultural. Dentre esses destaca: valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos. Aqui traremos aqueles que aparecem de forma mais significativa em nosso estudo de caso.

Segundo o mesmo autor, o valor cognitivo se dá quando o bem proporciona ao observador a oportunidade de aprender com sua materialidade, concepção ou utilidade documental. A partir do conceito de espaço que organizou o edifício, seus materiais e técnicas construtivas, padrões estilísticos,

das condições históricas de sua construção, como técnicas, econômicas, políticas, sociais e culturais.

Trazendo essa informação para o caso das preexistências industriais da região portuária de Pelotas – RS, podemos identificar que estas são portadoras de valor cognitivo, por proporcionarem fruição de origem intelectual, possibilitando a análise dos materiais e técnicas construtivas do período industrial, das demandas e configurações dos espaços, tanto internos como externos à edificação.

Ainda, segundo Meneses, outro valor que pode ser atribuído, e concluímos também ser abarcado pelas preexistências na região portuária do referido estudo, é o formal, já que estas referem-se a objetos capazes de aguçar percepções, levar a uma apreensão mais profunda, de induzir a produção e a transmissão mais ampla de sentidos, qualificando nossas consciências e modos de agir.

Por último, destacamos outro valor também trabalhado por Meneses. Aquele que trata de questões afetivas e de formulação de autoimagem e reforço de identidade, a partir de vinculações subjetivas que se estabelecem com certos bens. No caso do patrimônio industrial do presente estudo, essa relação se estabelece não só pela apropriação dos espaços pelos alunos que frequentam o local, como também na conexão desenvolvida por ex-trabalhadores das indústrias e moradores da região com os antigos prédios industriais e ambiência local.

Conclusão

Com essas análises preliminares do sítio, podemos perceber que no bairro Porto em Pelotas, apesar das interferências manterem o aspecto simbólico e a ambiência de caráter industrial do entorno, ainda é preciso trabalhar com maior empenho nas potencialidades e vocações dos espaços públicos gerados pela configuração desse conjunto.

Além disso, os projetos não foram explorados a nível de conjunto, pois como as intervenções ocorreram em décadas diferentes, as propostas foram pensadas de maneira individualizada, não tendo conexão de identidade visual que demonstre relação entre as preexistências, nem proposta urbana conectando os espaços. A única preocupação que parece ter sido levada em consideração foi a da mínima intervenção, observada na maior parte das interferências nas fachadas, mantendo o aspecto histórico do sítio.

Dessa forma, podemos observar pontos positivos e pontos que poderiam ser revisados nas ações realizadas no bairro Porto. Como pontos positivos, podemos destacar a mínima intervenção e uma adaptação de uso compatível com a vocação das antigas instalações, com o reaproveitamento maximizado das antigas estruturas, indo ao encontro da sustentabilidade. Além de manter os valores: histórico, de uso, de arte, de novidade, cognitivos, formais, afetivos.

Já como pontos a serem melhorados, apontamos a educação patrimonial e a associação do inventário participativo para novas medidas de salvaguarda, ações a nível de conjunto com maior relação entre as preexistências, que tragam espaços mais convidativos, tanto para estudantes, como para a comunidade em geral.

Referências bibliográficas

BRANDI, C. **Teoria do Restauro**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia - Ateliê Editorial, Coleção Artes & Ofícios, 2004.

BRITTO, Natalia D. S. S. **Industrialização e desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelotas (RS)**. Rio Grande: FURG. Dissertação de Mestrado, 2011.

BUCHANAN, Angus. **Industrial Archaeology in Britai, Harmondsworth, Penguin**. 1972, pp. 20-21.

CARTA DE VENEZA.1964. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>> Acesso em: 17 jul. 2016.

CARTA DE NIZHNY TAGIL. Sobre o patrimônio industrial, em português. 2003. Disponível em: <<https://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2021.

CARTA DE SEVILHA DE PATRIMÔNIO INDUSTRIAL. Documento que propõe uma revisão sobre os paradigmas atuais. 2018. Disponível em: <<https://ticcih.org/wp-content/uploads/2019/03/Carta-de-Sevilla-de-Patrimonio-Industrial-febrero-2019.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2021.

ESSINGER, C. V.; GOULARTE, D. V.; PERES, O. M.. UFPEL, Espaço Urbano e a Cidade de Pelotas. In: Francisca Ferreira Michelon. (Org.). **O Patrimônio Industrial da Universidade Federal de Pelotas**. 1ed. Pelotas: UFPel, 2019, v. 1, p. 61-68.

FERREIRA, Maria Leticia M. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. **Museologia e Patrimônio** - vol. II no 1 - jan/jun de 2009 disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>>. Acesso em: 19 out. 2016.

GONZÁLEZ, María S. Patrimônio Industrial: um legado para conhecer, reconhecer e preservar. In: Francisca Ferreira Michelon. (Org.). **O Patrimônio Industrial da Universidade Federal de Pelotas**. 1ed. Pelotas: UFPel, 2019, v. 1, p. 71-84.

GOULARTE, Daniela V. **Memórias, ressignificações e percepções relacionadas ao patrimônio industrial compartilhado entre a cidade e universidade: o lugar da UFPel no Porto de Pelotas, RS**. Pelotas: UFPel. Dissertação de Mestrado, 2021.

GUERRA, Abilio. A revitalização das Docklands londrinas. **Vitruvius**, 04.05ano, 04 abr. 2005. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/04.040/3159>>. Acesso em: 18 set. 2012.

HUDSON, Kenneth. **Industrial Archaeology: A New Introduction**. London, Baker, 1976.

KÜHL, Beatriz M. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro**. Cotia (SP): Ateliê/Fapesp, 2009.

MENESES, U.T.B. (2009). **O campo do patrimônio cultural: Uma revisão de premissas**. Conferência Magna, I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural. Ouro Preto. IPHAN

MICHELON, Francisca Ferreira (org.). **O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2019.

PANTALEÓN, Carlos. **Adaptación de estructuras arquitectónicas obsoletas:** el concepto de restauración en la dialéctica del proceso de diseño. Montevideo: Servicio Coordinador de Publicaciones, Universidad de la República, 1997.

PATRON, Rita; CHAVES, Larissa Patron. **A memória e a revitalização urbana da zona portuária da cidade de Pelotas, RS:** uma análise do novo ciclo iniciado com a universidade federal. Anais do V Enanparq, FA, UFBA, 13-19 out. 2018.

Os Princípios de Dublin. Adotados pela 17ª Assembleia Geral do ICOMOS em 28 de novembro de 2011. Disponível em: <<https://ticcihbrasil.com.br/cartas/os-principios-de-dublin/>>. Acesso em: 22 out. 2021.

RAISTRICK, Arthur. **Industrial Archaeology.** An Historical Survey. Frogmore (GB): Paladin, 1973, p. 2.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos. Sua essência e sua origem.** (Trad. Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel), Goiânia, UCG, 2006.

_____. **O culto moderno dos monumentos. Sua essência e sua gênese.** (Trad. Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini), São Paulo, Perspectiva, 2014.